OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

Fraude contabilística em tempos de crise

Hoje a fraude é em grande parte de natureza informacional, destinada a esconder dos financiadores a real situação económica e financeira das empresas

José António Moreira

O comportamento das empresas, tal como o das pessoas, é determinado por forças, incentivos. No domínio da fraude contabilística, por exemplo, tradicionalmente a pressão da fiscalidade levava aquelas, em particular as de pequena e média dimensão, a procurarem esconder do Estado parte dos seus resultados.

Não é preciso recuar muito no tempo. Uma década, duas no máximo. No gabinete de um qualquer gerente bancário, a partir de Abril de cada ano, depois do fecho das contas das empresas, poderia escutar-se o seguinte tipo de discurso: "Obrigado por me ter recebido. Venho trazer-lhe a informação contabilística do ano passado. Aqui tem a declaração fiscal, o modelo 22. Mas, como o senhor gerente sabe, o nível da nossa actividade é superior ao que está registado na contabilidade oficial, portanto tomei a liberdade de lhe trazer também as contas reais da nossa actividade." E o gestor da empresa, ou um seu representante, entregava umas quantas folhas timbradas (às vezes nem timbre tinham) com os mapas contabilísticos que, supostamente, reflectiam a actividade real da empresa. O gerente bancário aceitava esta informação como algo perfeitamente normal.

Os tempos mudaram. O processo de concessão de crédito do sistema bancário alterou-se. O elemento pessoal da relação creditícia, baseado no conhecimento que o gerente bancário tinha do gestor-proprietário e do seu negócio, perdeu-se em grande parte em favor da "objectividade" de um qualquer modelo de "scoring". Consequentemente, as empresas passaram a defrontar-se com um diferente incentivo à fraude contabilística, de natureza oposta à referida anteriormente. Agora o objectivo a atingir é mostrar resultados "oficiais" – mesmo quando não existem – que convençam os financiadores de que a empresa está de boa saúde financeira.

Há dias, um colega revisor de contas confidenciava-me que o principal problema com que se estava a defrontar no seu trabalho era evitar que as empresas não registassem na contabilidade todos os gastos suportados com a actividade e, por essa via, aumentassem (fraudulentamente) os resultados do período. "Elas sabem que, se apresentarem resultados negativos ou muito baixos, a banca lhes corta o financiamento. Preferem pagar imposto (IRC), que não seria devido, a sufocar por falta de crédito bancário", explicou-me ele.

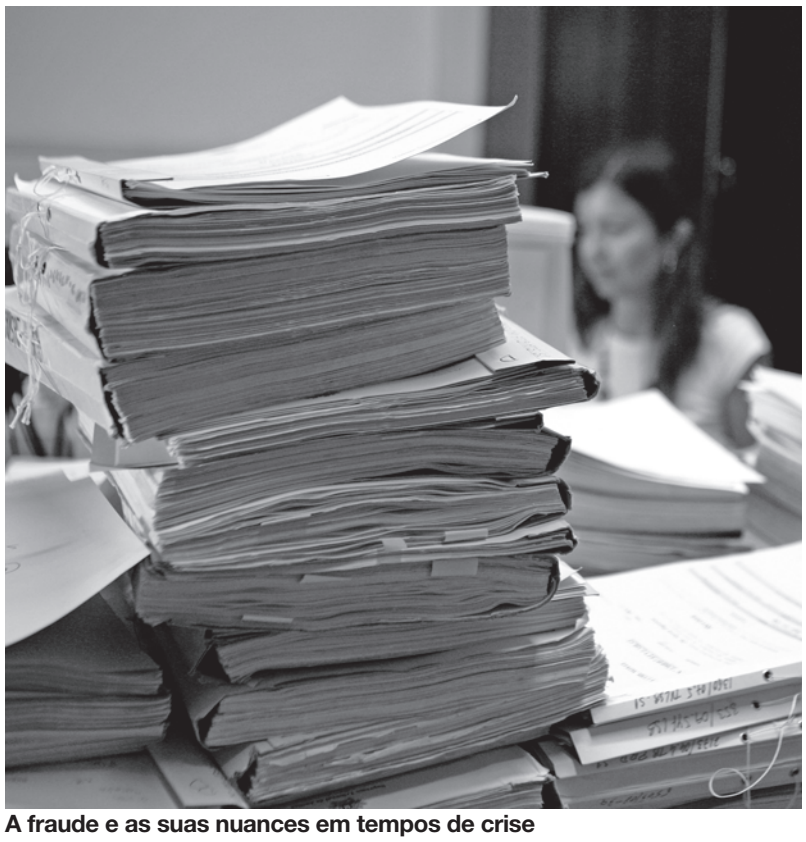
Não é surpresa que as empresas assim se comportem, sobretudo as de mais débil saúde financeira. Em tempos de crise e de restrições no acesso ao crédito, como os que se vivem, a (tradicional) fraude contabilística de natureza fiscal, destinada a reduzir os resultados e o IRC a pagar, por via de situações de subfacturação e ou de empolamento dos gastos, passa para segundo plano. Hoje a fraude é em grande parte de natureza informacional, destinada a esconder dos financiadores a real situação económica e financeira da empresa.

Ironia do destino. O Estado, tradicionalmente defraudado na recolha de receita, recebe agora, em muitos casos, IRC em excesso relativamente ao que lhe seria devido.

Escreve ao sábado

Os tempos mudaram. Actualmente, o processo de concessão de crédito do sistema bancário alterou-se

O Estado, tradicionalmente defraudado na recolha de receita, recebe agora IRC em excesso



Dora Nogueira

A fraude e as suas nuances em tempos de crise

VALORES

LUIS GONÇALVES DA SILVA

Refém

O recente episódio de "assalto ao poder" no PS vem exibir, uma vez mais, que Portugal é hoje um país aprisionado. Não é apenas a troika, que tem pelo menos a vantagem de ser passageira, é mais do que isso, e referimo-nos às máquinas partidárias.

Reconheço que os partidos são essenciais à democracia, mas não podem ser geridos tendo em conta os interesses internos em detrimento do interesse do país.

O "folhetim" socialista – em nada diferente dos de outras forças políticas – revelou que afinal as aparentes e irresolúveis divergências poderão ser simples de dirimir: bastará um acordo, ao que parece e mais concretamente, a integração da "oposição" interna em alguns lugares; e assim a oposição poderá transformar-se rapidamente em apoiante do líder, embora, é certo, apenas durante algum tempo.

António Costa tem um problema: precisa de manter viva a chama da liderança, mas sabe que neste momento dificilmente ganharia o partido, a avaliar pelas reiteradas afirmações de que António José Seguro controla a "máquina"; inversamente, Seguro também sabe que a "máquina partidária", como qualquer outra, tem dias, e que a lealdade é um valor raro em política, pelo que está também disponível para um acordo.

Perante isto os portugueses vão assistindo, acompanhados diariamente pelas dificuldades económicas, a esta telenovela que no fundo demonstra que boa parte da estratégia dos partidos para o país é condicionada pela gestão das suas forças internas – em suma, de manter lugares e regalias.

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa